RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

ATENDIMENTO POLICIAL A PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E FORMAS DE LINGUAGEM, CONSIDERAÇÕES PARA UMA POLÍCIA CIDADÃ

POLICE ASSISTANCE TO PEOPLE WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): ALTERNATIVE COMMUNICATION AND FORMS OF LANGUAGE, CONSIDERATIONS FOR A CITIZEN POLICE

ASISTENCIA POLICIAL A PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA): COMUNICACIÓN ALTERNATIVA Y FORMAS DE LENGUAJE, CONSIDERACIONES PARA UNA POLICÍA CIUDADANA

Suellen Cristo de Freitas[1]

e626248
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i2.6248

PUBLICADO: 2/2025

RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica e documental sobre a comunicação alternativa no atendimento policial a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), abrangendo desde a etapa de identificação do autista até a abordagem, a busca pessoal e, consequentemente, resultando em um atendimento humanizado. Considera-se que o atendimento a essa população deva ser isonômico e equitativo, tendo como orientação final o gerenciamento de eventuais crises, as quais precisam ser manejadas com respeito à dignidade da pessoa humana e exigem preparação diferenciada dos policiais militares, ressaltando a comunicação alternativa como um pilar para um resultado satisfatório. O TEA refere-se a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem. O objetivo deste levantamento é conceituar e explorar o TEA, bem como as abordagens orientadas para o atendimento policial a pessoas com o transtorno, visando contribuir para a promoção de práticas mais inclusivas, que estejam em consonância com a legislação vigente. Para o desenvolvimento do estudo, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental, incluindo artigos selecionados para análise que abrangem especificamente o TEA, o atendimento policial, a abordagem e a busca pessoal. Foram identificados os aspectos conceituais e a caracterização do TEA, bem como o atendimento policial às pessoas com o transtorno, observando-se procedimentos e orientações sobre as nuances da comunicação alternativa no atendimento policial.

PALAVRAS-CHAVE: TEA. Abordagem Policial. Busca Pessoal. Comunicação com pessoas com TEA. Comunicação Alternativa.

ABSTRACT

This article is a bibliographic and documentary review on alternative communication in police care for people with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the importance of identifying the autistic person, to going through the approach, personal search and consequently resulting in a humanized service. Also as a concern of this survey, it is considered that the service to this population is isonomic and equitable, also seeking, as a last guideline, the management of eventual crises, which need to be managed with respect for the dignity of the human person and require differentiated preparation of the military police and alternative communication becomes a pillar for a satisfactory result. ASD refers to a series of conditions characterized by some degree of impairment in social behavior, communication, and language. The objective of this survey is to conceptualize and explore ASD, as well as the approaches oriented in police care for people with ASD, aiming to contribute to the promotion of more inclusive practices, which are in line with current legislation related to police care for people with ASD. For the development of the study, a bibliographic and documentary survey was carried out. 57 articles were found, of which 29 were selected for analysis, as they specifically included ASD, police care, stop, and personal search. The conceptual aspects, characterization of ASD, as well as the police

[1] Policial Militar do Paraná - PMPR. Psicóloga.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

care of people with ASD were identified, observing procedures and guidance on the nuances of alternative communication in police care.

***KEYWORDS**: ASD. Police Approach. Personal Search. Communication with people with ASD. Alternative Communication.*

RESUMEN
Este artículo es una revisión bibliográfica y documental sobre la comunicación alternativa en la atención policial a las personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA), destacando la importancia de la identificación de la persona autista, para pasar por el abordaje, la búsqueda personal y en consecuencia dar como resultado un servicio humanizado. También como preocupación de esta encuesta, se considera que el servicio a esta población es isonómico y equitativo, buscando también, como última pauta, el manejo de eventuales crisis, las cuales necesitan ser manejadas con respeto a la dignidad de la persona humana y requieren de una preparación diferenciada de la policía militar y la comunicación alternativa se convierte en un pilar para un resultado satisfactorio. El TEA se refiere a una serie de afecciones caracterizadas por algún grado de deterioro en el comportamiento social, la comunicación y el lenguaje. El objetivo de esta encuesta es conceptualizar y explorar los TEA, así como los enfoques orientados en la atención policial a las personas con TEA, con el objetivo de contribuir a la promoción de prácticas más inclusivas, que estén en línea con la legislación vigente relacionada con la atención policial a las personas con TEA. Para el desarrollo del estudio se realizó un relevamiento bibliográfico y documental. Se encontraron 57 artículos, de los cuales se seleccionaron 29 para el análisis, ya que incluían específicamente TEA, atención policial, detención y búsqueda personal. Se identificaron los aspectos conceptuales, la caracterización del TEA, así como la atención policial a las personas con TEA, observando procedimientos y orientaciones sobre los matices de la comunicación alternativa en la atención policial.

***PALABRAS CLAVE**: TEA. Enfoque policial. Búsqueda personal. Comunicación con personas con TEA. Comunicación alternativa.*

INTRODUÇÃO

É de extrema importância que os órgãos públicos estejam habilitados para atender todas as pessoas sem distinção, em especial as forças de segurança pública. A inclusão deve se dar como exemplo e a polícia militar, por ter um trabalho direto com a população, tem uma importância social ainda mais elevada. É necessário não só conhecer e estar familiarizado com as características do TEA, mais especialmente com as formas de comunicação e linguagem, para realizar um trabalho de maneira inclusiva, amenizando potenciais riscos associadas ao tema proposto. Estar preparado para o atendimento a pessoas com TEA, potencializado formas de comunicação eficaz, não só garante a promoção dos direitos das pessoas autistas, como também enaltece um trabalho policial de excelência para a sociedade. O transtorno do espectro do autismo é uma condição neurobiológica que afeta a comunicação e interação social, e pode levar a reações atípicas durante abordagens policiais (Vesgerau, 2024).

O transtorno do espectro autista é definido por prejuízos na comunicação, interação social e comportamentos, sendo importante o diagnóstico e reabilitação (Onzi; Gomes, 2015). O transtorno do espectro autista é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento, impactando a

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

comunicação, interação social e comportamentos repetitivos (Soares *et al*., 2024), ou seja, o Transtorno do Espectro Autista é uma patologia crônica que afeta a comunicação, linguagem, interação social e desenvolvimento motor, com sintomas variando de leve a grave.

A fala é uma das habilidades mais importantes e valorizadas em nossa sociedade. No entanto, um número significativo de pessoas não consegue se comunicar de forma completa por meio dela. Diante dessa restrição, recorremos a outras formas para nos expressarmos usando nosso próprio corpo ou meios externos, ou seja, lançamos mão de formas alternativas de comunicação.

É de extrema importância a disseminação do conhecimento sobre formas de linguagem e comunicação alternativa no atendimento a população TEA, posto que as forças de segurança pública vem necessitando adequar o atendimento policial a grupos vulneráveis, em especial a pessoas que convivem com o TEA, isto em consonância constitucional, leis e diretrizes que estão atualmente em vigor. Os agentes de segurança, em especial policiais militares, devem conhecer e estar familiarizado com as formas abstratas de pensamentos, comunicação e linguagem dessa população, para proporcionar enfim, um serviço de qualidade, visto que o atendimento policial, em especial a abordagem e busca pessoal é o no geral o primeiro contato, e que é dali que segue os desfechos na qualidade do atendimento, desde um desfecho pacífico a desfechos que tendem a necessitar de gerenciamento de crise.

A iniciativa desse levantamento começou da observação que policiais vivenciam cotidianamente as barreiras de comunicação pessoas com TEA, seja numa abordagem ou acionamento de ocorrência e especialmente no surgimento do interesse institucional pelo tema, onde a própria instituição vem promovendo diversos conteúdos de capacitação e encontros, pois o caminho para adequar o atendimento policial a grupo de vulneráveis, surge justamente dos desafios e demandas que vão surgindo ao longo da jornada profissional.

Dessa forma, o objetivo ultrapassa apresentar o TEA ou as características do transtorno, mas especialmente apresentar algumas ferramentas de comunicação alternativa e a construção da linguagem na população TEA visando um bom gerenciamento do atendimento policial, bem como seus desafios e avanços, se orientando em artigos, leis, documentos do tipo Manual e Cadernos Técnicos, diretrizes, e no próprio canal oficial online da instituição.

Nesse sentido, reconhecendo a singularidade e os desafios enfrentados por pessoas que convivem com TEA, este levantamento visa colaborar na construção de práticas que promovam e assegurem um ambiente respeitoso, inclusivo e eficiente no contexto da interação policial no TEA.

Ademais, o conhecimento e sensibilização sobre a comunicação alternativa e linguagem com pessoas com TEA fortalecem a desconstrução de estigmas sociais no atendimento a esta população, colaborando e construindo uma sociedade mais isonômica e com equidade.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

1 - O TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento, impactando principalmente a comunicação, interação social e comportamentos (Soares *et al*., 2024). O TEA é o Transtorno que engloba o conjunto de outras condições como a Síndrome de Asperger, o Transtorno Autista, o Transtorno Desintegrativo da Infância (Síndrome de Heller), o Transtorno de Rett e o Autismo Atípico (Bezerra *et al*., 2022).

Caracteriza-se por prejuízos persistentes na comunicação e interação social, além de interesses restritos e padrões repetitivos de atividades (Onzi; Gomes, 2015). O TEA manifesta-se antes dos 3 anos de idade e é mais prevalente em meninos, com uma relação de 4:1 (Fernandes Malta *et al.,* 2015) o que corrobora com a afirmativa de Fernandes Malta *et al*., (2015) que refere que geralmente é identificado entre 12 e 24 meses de idade, e que o TEA afeta mais meninos do que meninas, com uma prevalência estimada de 58,7 por 10.000 crianças (Fernandes Malta *et al*., 2015).

Já em relação ao diagnóstico, este ser precoce é fundamental e baseia-se em critérios clínicos e relatos dos pais (Fernandes Malta *et al.,* 2015; Tabuenca, 2016). O diagnóstico baseia-se especialmente na história clínica e observação comportamental, portanto, são principalmente clínicos, com foco nos primeiros três anos de vida e considerando prejuízos na interação social, comunicação e comportamentos restritos e repetitivos em múltiplos ambientes. As ferramentas de diagnóstico incluem escalas padronizadas como M-CHAT, ADI-R e ADOS (Velarde-Incháustegui *et al.,* 2021). Ferramentas de diagnóstico como a Lista de Verificação Modificada para Autismo em Crianças (M-CHAT) e o Cronograma de Observação de Diagnóstico de Autismo (ADOS) são comumente usadas para triagem de TEA (Velarde-Incháustegui *et al.,* 2021).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM-5) fornece os critérios diagnósticos atuais para Transtorno do Espectro Autista (TEA) bem como o CID (Classificação Internacional de Doenças). O DSM-5 eliminou subgrupos anteriores de transtornos específicos, considerando agora o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento com um espectro de apresentações (Freitas *et al*., 2023). O TEA pode ser classificado conforme o nível de dependência e/ou necessidade de suporte para contemplar as necessidades de cada pessoa, podendo ser considerado. O DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) 5a Edição – TR, traz exemplos de níveis de necessidade de suporte como sendo; Nível 1 Necessidade de pouco suporte, Nível 2 Necessidade de um pouco mais de suporte em sua rotina; Nível 3 Necessidade de muito suporte para realizar suas atividades diárias (DSM-5).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218



Fonte: Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência
Rede de Atenção à Saúde do Paraná – Governo do Estado do Paraná

Entender os critérios diagnósticos e os níveis de autismo é útil para entender a gravidade dos sintomas e identificar as necessidades de suporte, de atendimento e até mesmo de rede de apoio, salientando que cada pessoa é única e pode apresentar sintomas com necessidades específicas e em momentos diferentes.

Os primeiros sinais geralmente aparecem antes dos 36 meses, incluindo preferência por isolamento, atrasos na fala e comportamentos repetitivos (Batista *et al.*, 2022). Em adultos, os sintomas podem variar, mas afetam principalmente a interação social e a comunicação (Soares *et al.*, 2024). Sua etiologia ainda é desconhecida (Fernandes Malta *et al.*, 2015) e provavelmente multifatorial, envolvendo interações complexas entre fatores genéticos e ambientais. Estudos recentes têm enfatizado o papel de fatores ambientais, como poluentes atmosféricos e pesticidas, na

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

etiopatogênese do TEA, embora mais pesquisas sejam necessárias para estabelecer relações causais definitivas (Posar; Visconti, 2017).

Os sinais também incluem preferência por isolamento, comportamentos repetitivos, interesses restritos e atrasos na fala (Batista *et al.,* 2022). Em adultos, a variabilidade de sintomas é ampla, exigindo identificação individualizada para melhor abordagem terapêutica (Soares *et al*., 2024). Usuários de língua de sinais com TEA apresentam características como ecolalias, dificuldades no uso de pronomes e expressões faciais, além de especificidades na sinalização (Fernandes; Verzolla, 2024).

O TEA frequentemente coexiste com outras condições, como o Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), afetando a atenção e o comportamento (Barasuol *et al.,* 2024).

A epidemiologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma preocupação crescente no mundo e no Brasil. Em todo o mundo, estima-se que aproximadamente 1 em cada 160 crianças tenha TEA (Rodrigues *et al.,* 2024). No Brasil, embora os dados específicos sobre prevalência de TEA sejam limitados, o país enfrenta uma transição epidemiológica complexa, com predominância de doenças crônico-degenerativas, embora as doenças infecciosas permaneçam significativas (Schramm *et al*., 2004). O autismo apresenta-se quatro vezes mais comum no sexo masculino e, embora não existam dados oficiais brasileiros, a Associação Brasileira de Autismo calcula que existam em torno de 600.000 pessoas com autismo. Estes dados foram obtidos a partir de projeções das pesquisas realizadas por Wing que coloca 4 sujeitos com autismo para cada 10.000 nascimentos (Corde, 2003).

O tratamento envolve uma equipe multidisciplinar, terapia comportamental intensiva e, às vezes, medicamentos (Fernandes Malta *et al*., 2015).

Este complexo cenário necessita de estudos robustos para informar a alocação de recursos e a tomada de decisões em saúde e na atualidade também em outras esferas, como a de segurança pública, especialmente no atendimento policial a pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) que é um desafio que requer treinamento, capacitação e um atendimento sensibilizado a este grupo vulnerável.

1 - 1. Linguagem e comunicação

Compreender as características da linguagem é essencial para uma comunicação eficaz e inclusão dos indivíduos com TEA na sociedade. A pesquisa sobre ferramentas de comunicação para indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) destaca várias abordagens para melhorar sua interação social e qualidade de vida. Com relação aos aspectos comunicacionais, vamos apresentar algumas ferramentas e também os *déficits* mais frequentes relatados na literatura.

Considera-se que agentes de segurança pública, especialmente policiais militares, provavelmente terão contato com público com TEA em algum momento de atendimento a comunidade, portanto, é imprescindível compreender como a comunicação e as ferramentas de

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

linguagem podem ser agentes facilitadores, pacificadores e atenuantes de crises. Nesse trabalho, busco apresentar alguns modelos e ferramentas de comunicação e sugestões de interação com a população TEA já bastante utilizados por profissionais de saúde, familiares e pessoas que convivem com pessoas com TEA.

A comunicação, conforme afirma Moya *et al*., (s.d.), de forma mais ampla, pode assumir diferentes formas além da fala, por isso, destacamos que a comunicação é multimodal. Ou seja, inclui movimentos do corpo, sons, tons de voz, expressões faciais, contato visual, gestos simples e convencionais etc. Aqui, queremos dar ênfase à comunicação como um processo de mutualidade que envolve duas ou mais pessoas que produzem sentidos e se coordenam na interação para diferentes funções comunicativas. O uso de palavras combinadas em frases, formulam conceitos, permitem a expressão de necessidades, desejos e sentimentos (Moya *et al.,* (s. d.).

É importante destacar que na comunicação não verbal, observa-se ausência de intercâmbios corporais expressivos, assim como falta de intercâmbios coloquiais na comunicação verbal, com falas não ajustadas no contexto (algumas vezes repetitivas e apresentando ecolalia) (Hobson, 1993 apud Passerino *et al*., 2010). As dificuldades apresentadas na fala podem ter sua origem em dificuldades de dar significado às percepções. Os sujeitos com autismo parecem perceber tudo num sentido literal (Passerino *et al*., 2010).

A linguagem de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) revelam diversas características de comunicação. Pessoas com TEA frequentemente apresentam ecolalia, dificuldades no uso de pronomes e desafios na compreensão de expressões faciais e da Teoria da Mente (Fernandes; Verzolla, 2024; Oliveira *et al*., 2019). Eles podem interpretar a linguagem literalmente, lutar com aspectos pragmáticos e usar uma linguagem idiossincrática (Oliveira *et al*., 2019; Silva, 2020).

Nessa perspectiva, para tornar-se um comunicador competente, Bates (1976) argumenta ser imprescindível focar em dois aspectos do uso pragmático da linguagem.

> “O primeiro diz respeito às razões para comunicar-se. Comunica-se, dentre outros motivos, para regular comportamentos, estabelecer/manter interações sociais ou compartilhar informações. O segundo aspecto refere-se à pressuposição, que concerne à capacidade de avaliar o que o interlocutor já sabe para fornecer-lhe novas informações. Assim, o comunicador competente regula sua fala ao considerar, por exemplo, o nível maturacional do ouvinte ou o que ele (supostamente) conhece a respeito de um tópico (Bates, 1976).”

Sigman e Capps (2000) alertam para o fato que embora alguns desenvolvam a linguagem, utilizando as palavras e as estruturas gramaticais corretamente, sua fala mostra um déficit na compreensão e expressão de intenções e crenças. Um aspecto especialmente interessante é o que se refere às histórias ou narrativas, nesse âmbito, sujeitos com autismo também apresentam grandes dificuldades em contar histórias e em reter as características essenciais quando uma estória é contada para eles (Passerino *et al*., 2010). Já os usuários de língua de sinais com TEA apresentam

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

padrões semelhantes, incluindo dificuldades com classificadores e verbos direcionais (Fernandes; Verzolla, 2024).

Apesar de serem percebidos como indelicados, os indivíduos com TEA leve demonstram preocupação com seus interlocutores e tentam aderir às máximas de polidez linguística, visando minimizar custos para os outros e maximizar seus benefícios (Magalhães, 2024).

Também foi observado que há predominância no uso da comunicação para fins imperativos ou de regulação de comportamentos (solicitar objetos/ações) e em um limitado repertório comunicativo para propósitos declarativos (tecer comentários ou solicitar informações) e de interação social (cumprimentar ou solicitar permissão) (Wetherby, 1986).

Imagens podem ser utilizadas para comunicação com autistas, conforme indicam Jordan e Powel (1995), e a linguagem escrita é melhor que a falada para os autistas. Como os disléxicos, os autistas podem ter um defeito no hemisfério esquerdo o que justificaria essa característica (Jordan; Powel, 1995).

É unanime que o diagnóstico e a intervenção precoces são cruciais para o desenvolvimento de competências de comunicação e interação social (Silva, 2020).

1 - 2. Promovendo uma Polícia Cidadã: Familiarização com as Ferramentas de Comunicação Alternativa

A fala é uma das habilidades mais importantes e valorizadas em nossa sociedade. No entanto, um número significativo de pessoas não consegue se comunicar de forma completa por meio dela. Diante dessa restrição, recorremos a outras formas para nos expressarmos usando nosso próprio corpo ou meios externos, ou seja, lançamos mão de formas alternativas de comunicação.

Uma das formas de ampliar as possibilidades sociocomunicativas de pessoas com TEA, conforme aponta Nunes (2021) é por meio da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), uma área de conhecimento multidisciplinar que trata das interações de pessoas com necessidades complexas de comunicação. A CAA contempla o uso de gestos manuais, símbolos gráficos, sistemas assistidos de voz, dentre outros recursos empregados para substituir ou suplementar, de modo temporário ou permanente, formas de expressões referentes à fala ininteligível, não funcional ou inexistente (Nunes, 2021, *apud* Lacono *et al.,* 2016). Segundo a Associação Americana de Fonoaudiologia (ASHA), a Comunicação aumentativa e alternativa (CAA) inclui todas as formas de Comunicação (outras além da fala) que são usadas para expressar pensamentos, necessidades, desejos e ideias.

Além disso, a utilização de estratégias de Comunicação Alternativa (CA) são recursos multifuncionais e tem demonstrado melhora na interação e participação das pessoas com TEA nas atividades da comunidade.

O agente de segurança ao se utilizar das ferramentas desse sistema ou outras formas de CA permite que a pessoa com TEA ou outras condições, durante o atendimento policial, possa se

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

expressar melhor e ser mais compreendida e, assim, melhorar as interações sociais, diminuir comportamentos inapropriados, bem como melhorar a atenção e compreensão de ordens.

Existem vários modelos de CAA, que podem ser adaptados às necessidades de cada pessoa. Alguns exemplos de modelos de CAA são:

- PECS: Um sistema de comunicação que utiliza figuras para que a pessoa possa trocar por itens ou atividades.
- Sistema de Símbolos Bliss: Um sistema de comunicação alternativa.
- *Peabody Rebus Reading Program*: Um sistema de comunicação alternativa.
- *Pictogram Ideogram Communication System*: Um sistema de comunicação alternativa.
- *Picture Communication Symbols:* Um sistema de comunicação alternativa.

A utilização de métodos de comunicação alternativa e aumentativa (CAA), como o PECS-Adaptado e a Língua de Sinais, tem demonstrado melhorias nas habilidades pragmáticas e nas interações sociais de adultos autistas (Ferreira *et al.,* 2010). É uma ferramenta assistiva amplamente utilizada, utilizando imagens para facilitar a comunicação.

Para enfrentar os mais variados desafios de comunicação, foram desenvolvidos métodos alternativos como o *Picture Exchange Communication System* (PECS), com adaptações como o site "SeuPecs" que oferece PECS personalizado para indivíduos com TEA (Oliveira Junior *et al*., 2021). É um sistema para ajudar pessoas de várias idades que não conseguem se fazer entender através da fala, ou que têm uma fala muito limitada. Ou seja, o PECS é uma comunicação aumentativa e alternativa. O PECS foi desenvolvido há 33 anos, nos EUA. O protocolo que está associado com o PECS é de propriedade intelectual de seus criadores, Andy Bondy e Lori Frost, fundadores da *Pyramid Educational Consultants,* nos EUA, e donos da empresa Pyramid Consultoria Educacional, no Brasil (Vieira, 2019).

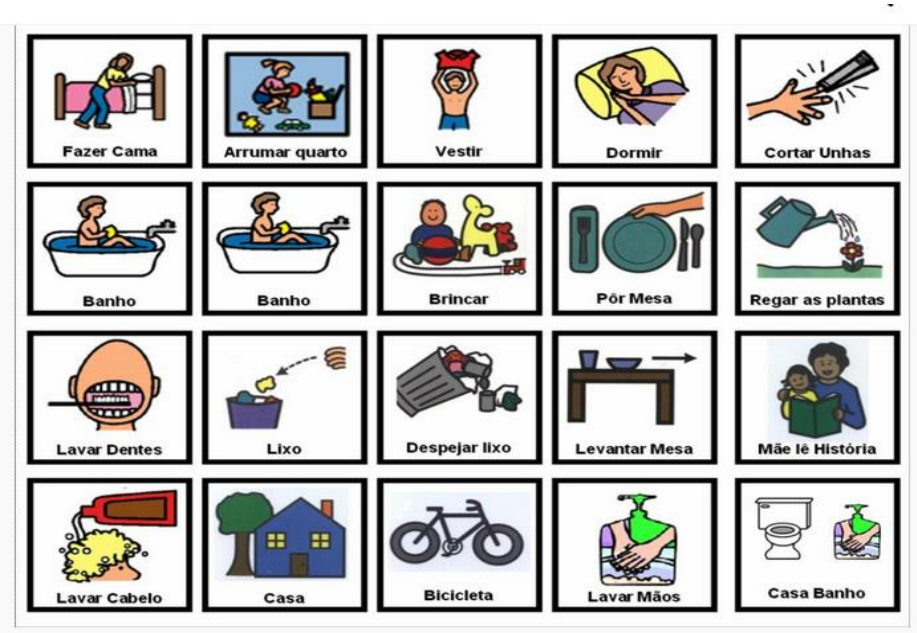
Entende-se que a comunicação pode ser apoiada ou não (outros termos encontrados na literatura são comunicação suportada e comunicação assistida). A comunicação apoiada depende de instrumentos ou recursos externos à pessoa para apoiar sua comunicação, como o uso de um teclado ou uma prancha de letras. A comunicação não apoiada envolve apenas o corpo: gestos simples ou convencionais, inclusive as línguas de sinais, expressões faciais e a linguagem corporal Moya *et al.,* (s. d). Aqui, compreende-se que quando há a necessidade de comunicação apoiada em um atendimento policial torna-se mais limitado, pois haveria necessidade de recursos disponíveis de forma imediata, posto que o atendimento policial pode ocorrer em qualquer situação e local, portanto, haveria limitações. Já a comunicação não apoiada, é altamente possível sua aplicabilidade, visto que há apenas a exigência de capacitação na utilização de recursos corporais para apoiar a comunicação.

A comunicação para indivíduos com transtorno do espectro do autismo (TEA) destaca várias abordagens, a exemplo também do Sistema de Comunicação por Troca de Imagens (Adaptado pelo

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PECS) que tem se mostrado promissor no aprimoramento da intenção comunicativa e das habilidades de comunicação funcional (Oliveira *et al*., 2024; Ferreira *et al*., 2010).

Abaixo segue um exemplo da metodologia de comunicação alternativa PECs Sistema de Comunicação por Troca de Figuras *(Picture Exchange Communication System):*



Fonte: Canal Autismo (2019).

Essas diversas abordagens destacam a importância de estratégias de comunicação personalizadas para indivíduos autistas. Neste exemplo haveria necessidade da criação de figuras adaptadas a rotina policial. Aqui destaca-se que é de extrema importância a colaboração de equipes multiprofissionais para atender a esta demanda, pois além da criação de figuras adaptadas, há as limitações também advindas da seguinte questão: todas as pessoas com TEA tem treinamento e acesso a utilização desta ferramenta de comunicação em sua vida familiar e comunitária? As pessoas com TEAs que vivem em comunidades vulneráveis tem acesso a acompanhamento para treinamento na utilização de CAA? ou seja, os recursos de comunicação por troca de figuras, ainda que adaptados a rotina policial, podem ter imensos desafios e limitações, mas isso não é condição para um ponto final neste imbróglio e sim para levantamento de discussões, para tanto, há urgência em estudos e criação de politicas públicas que atendam não só pessoas com TEA em situação de vulnerabilidades mas também no que refere-se a capacitação dos agentes de segurança para lidar com todas essas falésias.

Em relação a indivíduos com TEA que utilizam linguagem de sinais, estudos identificaram características semelhantes às observadas na linguagem falada, incluindo ecolalia, peculiaridades pronominais e linguagem expressiva reduzida (Fernandes; Verzolla, 2024). Os desafios específicos

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

no uso da língua de sinais incluem a inversão de 180° da orientação da palma da mão e dificuldades com classificadores e verbos direcionais (Fernandes; Verzolla, 2024).

Descrever a comunicação e linguagem no autismo implica em tentar descrever o que ainda não compreendemos completamente, que utiliza um sistema de comunicação e de pensamento diferente do nosso, mas com necessidades semelhantes. Para Rivière (2001) uma pessoa com autismo é " [...] aquela pessoa para a qual as outras pessoas resultam opacas e imprevisíveis; aquelas pessoas que vivem como ausentes mentalmente ausentes às pessoas presentes, e que, por tudo isso, se sentem incompetentes para regular e controlar sua conduta por meio da comunicação" (p. 16). Mas Hobson (1993) alerta que não devemos imaginar que os sujeitos com autismo têm apenas *déficits* nas relações interpessoais, já que também pensam e falam de maneira não usual, apresentando deficiências cognitivas e comunicativas generalizadas entre as que se inclui um déficit considerável no jogo simbólico.

A integração de múltiplos métodos de CAA tem mostrado melhorias nas habilidades de comunicação pragmática para indivíduos com TEA (Ferreira *et al.,* 2010).

Os símbolos são a representação da linguagem por algum meio além da fala. Eles podem ser gestos, fotos, desenhos, pictogramas, sinais ou palavras escritas. Algumas bibliotecas de símbolos gráficos foram desenvolvidas especialmente para apoiar a comunicação como o Bliss, Arasaac, SymbolStix, PCS, Widgit, Sclera etc e os agentes de segurança podem e devem ter acesso a essas ferramentas.

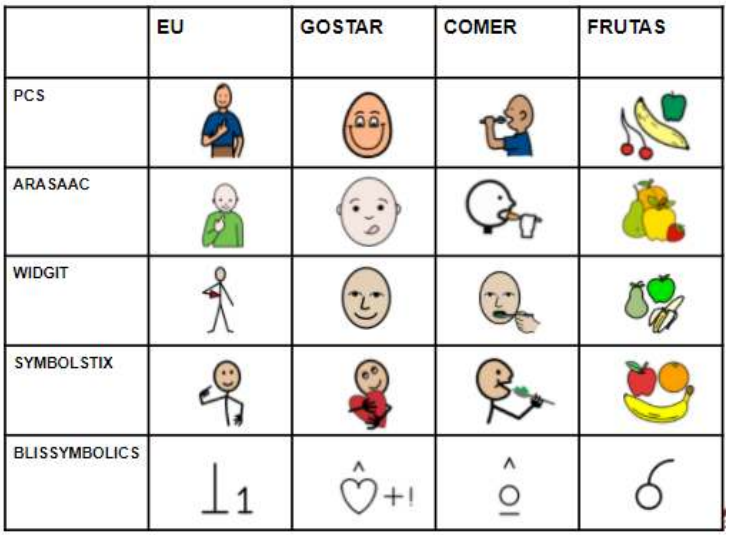
Portanto, para a familiarização dos agentes de segurança em relação a ferramentas de comunicação alternativa, apresento algumas das bibliotecas mais utilizadas no Brasil, conforme aponta Moya *et al*. (s. d), que são:

- ARASAAC (Centro Aragonês de Comunicação Aumentativa e Alternativa), que pode ser acessada gratuitamente em: https://arasaac.org;

- PCS - Picture Communication Symbols (Símbolos de Comunicação Pictória) disponíveis em programas como o Boardmaker e em alguns aplicativos de CAA.

Abaixo, exemplifico uma ferramenta de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) para autismo que podem ser futuramente adaptadas e utilizadas para auxiliar na expressão de pensamentos, necessidades e emoções durante um atendimento policial, essas ferramentas podem ser impressas em cards físicos, com limitações físicas tanto de guarda, cautela e transporte, ou ser desenvolvido um banco de imagens para utilização em tela de celular, celulares estes, que já são utilizados em rotina policial.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218



Fonte: Acervo - Assistiva - Tecnologia e Educação (RS)

As pessoas com autismo se comunicam e utilizam a linguagem de forma peculiar, não somente com relação à sua sintaxe e gramática, que em geral quando adquiridas são utilizadas corretamente, mas com relação à semântica e pragmática da comunicação. Conhecer as formas de comunicação e linguagem da população que convive com TEA é de extrema importância e essencial aos policiais militares, que em sua rotina, no atendimento, abordagem e busca pessoal, se deparam com os mais variados desafios, portanto, compreender a comunicação e linguagem no mundo neurodiverso, ameniza e diminui as chances de um atendimento se tornar uma crise além de promover um atendimento isonômico a comunidade.

Saliento que a escolha de um sistema de símbolos particular aplicado ao atendimento policial depende das necessidades levantadas anteriormente. Outra opção também é desenvolver e adaptar Quadros de Comunicação com os exemplos fornecidos acima, este, porém, pouco mais limitado e são mais exigentes do ponto de vista cognitivo, pois requerem o conhecimento da organização dos símbolos e a sua memorização da pessoas em questão atendida.

Por fim, orienta-se a utilização de aplicativos disponíveis na biblioteca online, este, porém, depende de disponibilidade de aparelhos tecnológicos e de internet durante o atendimento policial.

Entende-se que os policiais militares desempenham um papel crucial no atendimento a pessoas com TEA, sendo responsáveis por garantir a segurança e o respeito aos direitos desses indivíduos. Esses agentes devem estar preparados, receber treinamento direcionado, para identificar e compreender os desafios específicos encontrados durante uma possível interação, haja vista a diversidade de manifestações do transtorno, especialmente no momento da comunicação, fator fundamental para o desfecho do atendimento policial.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

2 - ATENDIMENTO POLICIAL A PESSOAS COM TEA: CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES A AGENTES POLICIAIS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 144, estabelece que segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, onde às polícias militares seriam pela preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo e preventivo (Brasil; CF, 1988).

Ainda garantida pela CF, 1998, a pessoa diagnosticada com o transtorno do espectro autismo está resguardada no seu artigo 5o ao dispor que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, cabendo ao Estado e aos demais zelar pelos direitos das pessoas com TEA.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), o acesso à comunicação se torna fundamental para assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência (Artigo 4, CDPD). Acessibilidade à comunicação requer que as pessoas no ambiente social do indivíduo compreendam sua forma de comunicação e estejam dispostas e sejam capazes de apoiar a comunicação autônoma do indivíduo e ser o seu suporte no período de aquisição [da linguagem].” (Von Tetzchner; Grove, 2003).

O governador Carlos Massa Ratinho Junior sancionou a Lei 21.964/2024, que estabelece o Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação combina várias leis existentes no Paraná, abrangendo mais de 100 artigos sobre direitos, diretrizes para políticas públicas, responsabilidades de entidades públicas e privadas, entre outros aspectos importantes (Vesgerau, 2024). Vesgerau (2024) refere que nesse contexto, a Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (Sedef) e a Polícia Militar do Paraná (PMPR) estão colaborando em uma iniciativa para capacitar policiais sobre como lidar com situações envolvendo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Sendo assim, conforme afirma Alves (2024), faz-se necessário capacitar os profissionais de segurança pública, trazendo conhecimento e capacitação sobre o Transtorno do Espectro Autista, especialmente no tocante à comunicação e linguagem com a população com TEA. A Polícia Militar (PM) como instituição de segurança pública, tem o compromisso de promover a inclusão e o acolhimento de pessoas autistas, assegurando a prestação de um serviço de excelência, presando todo atendimento adequado e humanizado.

Instituições de segurança pública já vêm apresentando preocupação no tocante “atendimento policial a população com TEA” e construindo adaptações, como a exemplo do “Projeto AESA” (Abordagem Especializada para Autistas – PMPR/CE) que visa conscientizar policiais militares sobre as características das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo é que os policiais possam abordar essas pessoas de forma respeitosa e inclusiva.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Para abordar pessoas com TEA, considera-se: Utilizar recursos técnicos de comunicação, como pictogramas, imagens, fotografias, escrita e aplicativos; demonstrar comportamentos desejados; Orientar claramente sobre a conduta esperada; Ser antecipava e previsível; Considerar as acomodações sensoriais; Ter estratégias para situações delicadas e de crise.

O desafio de capacitar policiais para identificar e atender pessoas com transtorno do espectro autista é pauta recente e emergente, demonstrando a urgência em debater e adequar o atendimento policial a esse público, tanto que foi tema de debate na Comissão de Educação (CE) do Senado. Na ocasião, o diretor-presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), Edilson Barbosa do Nascimento, referiu que o treinamento é importante para os policiais abordarem corretamente uma pessoa autista. Nessa oportunidade, sugeriu um adesivo oficial em automóveis, com os símbolos do autismo, que poderia facilitar a identificação por parte dos policiais de que aquele veículo transporta uma pessoa autista (Agência Senado, 2024).

Nesse debate, também compareceram representantes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Judiciária que compartilharam os protocolos já desenvolvidos para a abordagem dessas pessoas (Agência Senado, 2024). Os debatedores defenderam foco na educação e no treinamento dos policiais para um melhor atendimento às pessoas autistas. Iniciativas pioneiras dentro das polícias foram mencionadas como exemplo positivo no trato das demandas de pessoas autistas e de suas famílias.

Outra iniciativa de adequação do atendimento policial à população TEA, vem da PRF, com o projeto PRF Amiga do Autista, lançado em abril de 2023, durante evento no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em Brasília (DF), o projeto visa capacitar os policiais para abordarem pessoas com autismo, identificar policiais que tenham TEA e promover a discussão sobre o assunto dentro e fora da instituição. Abaixo, um exemplo de “Cartão de Abordagem TEA” que orienta condutas aos policiais durante o atendimento a pessoas com TEA.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218



Fonte: PRF Amiga do Autista - Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) (2024).

Os policiais devem receber treinamento especializado, conforme afirma Vesgerau, (2024) em relação ao autismo, incluindo informações sobre as características do transtorno, estratégias de comunicação eficazes e técnicas de manejo de comportamento, a fim de garantir uma abordagem adequada e inclusiva, pois assim realizarão com melhor eficiência as suas atividades constitucionais focadas nos ditames legais, observando critérios de segurança, abordagem e nos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, assim sendo, Vesgerau, 2024, considera:

> "1. Identificar as ocorrências sejam despachadas e atendidas conforme o seu grau de exclusividade e as equipes policiais atentem na abordagem ou ocorrência de forma com a exigibilidade de conduta a ser aplicada às pessoas com transtorno do espectro do autista de forma mais segura para ambas as partes envolvidas;

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

> 2. Conciliar para que policiais ter pleno conhecimento de informações necessárias para o atendimento diferenciado nessa prática de abordagem e atendimento de ocorrências emanadas desta natureza salvaguardando todos os evolvidos e de forma a priorizar as pessoas que detenham o transtorno do espectro do autista;
>
> 3. Deixar de identificar e registrar a pessoa portadora e TEA e possível grau de evolução do espectro e elencar na identificação para o boletim de atendimento de ocorrência pode ser um fator de intercorrência de eventuais erros a serem evitados e futuras críticas sociais para o amparo e desfecho saudável dessa atividade;" (Vesgerau, 2024).

Na esfera da Polícia Judiciária, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também engajado e interessado no tema, apresentou o Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, o Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário (DSIPJ), com fulcro na competência de supervisionar e coordenar as ações de capacitação das unidades de segurança e inteligência dos órgãos do Poder Judiciário insertas no inciso II do artigo 11 da Resolução CNJ n. 435/2021, que formula protocolo específico de interação volvido ao aprimoramento da atuação funcional dos policiais judiciais no ambiente de inclusão das pessoas com TEA.

"Com efeito, insere-se, no cotidiano dos integrantes das carreiras policiais do Poder Judiciário, a interação imediata e habitual com indivíduos autistas, mormente, no campo do atendimento interpessoal, da indicação de rotas acessíveis e da superação de barreiras ambientais e atitudinais limitativas" (CNJ, 2024, p. 10).

> "Dessa feita, considerando que a falta de compreensão acerca desse transtorno pode resultar em interações inadequadas, incompreensões e até mesmo situações de conflito, urge a fixação do presente procedimento específico e uniforme de atuação funcional, voltado à consecução dos seguintes objetivos:
>
> a) aumento do conhecimento: incrementar o entendimento dos policiais judiciais do Poder Judiciário a respeito das características do TEA;
>
> b) preparação policial: preparar os integrantes da Polícia Judicial para lidarem com as particularidades das abordagens a indivíduos no TEA, aprimorando suas habilidades de comunicação, observância situacional e gerenciamento de crises; e
> c) reconhecimento de símbolos: capacitar os agentes policiais a reconhecerem símbolos que permitam comunicação eficaz com a comunidade autista. Isso inclui o reconhecimento de adesivos veiculares, cordões identificadores, crachás, protetores de cinto de segurança, pulseiras identificadoras, identidades com o símbolo da deficiência, carteira de identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) e registro geral com CID (Classificação Internacional de Doenças)" (CNJ, p. 10-11, 2024).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), portanto, elaborou o protocolo técnico "Procedimento Operacional Padrão (POP)" que tem como propósito orientar os inspetores e os agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário a realizarem com agilidade, eficiência e, sobretudo, respeito às particularidades, o atendimento digno e seguro de pessoas no Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na tabela abaixo, compartilho essas ferramentas desenvolvidas e apresentadas no Procedimento Operacional Padrão (POP).

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

Abaixo, exemplifico os itens focos deste estudo: item 4.2.1 Comunicação efetiva (CNJ, p. 20-23); item 4.2.3 Acomodações sensoriais (CNJ, p. 24-25); e item 4.3 do Acolhimento e Gerenciamento de crises - que deve ser adotado no âmbito do exercício do poder administrativo de polícia dos tribunais e conselhos, como pura expressão do interesse público voltado à concretização de direitos fundamentais e que poderá ser utilizado e adaptado como ferramenta de conhecimento para os policiais militares no tocante ao tema proposto, como segue:

Protocolo Técnico de Interação – identificação, atendimento, abordagem, acolhimento e gerenciamento de crises envolvendo pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)		
4.2.1 *Comunicação efetiva*	informe à central de operações e/ou à chefia da unidade a que estiver subordinado sobre o início do protocolo de atendimento/abordagem;	utilize construções linguísticas simples e afirmativas (expressando preferencialmente a ação desejada), tais como: “venha”, “espere aqui”, “sente” etc. Situações traumáticas podem dificultar, ainda mais, a compreensão e o processamento de narrativas mais longas;
	não presuma competência ou incompetência: pergunte diretamente ao indivíduo ou a seu cuidador(a);	chame a pessoa pelo nome dela, caso o saiba;
	reaja com naturalidade a comportamentos que ocorrem ocasionalmente com pessoas autistas, tais como crises de desregulação (agitação, choro, gritos, tentativas de jogar objetos etc.), ecolalia (repetição constante de palavras e sons aparentemente sem significado) e estereotipias (movimentos repetitivos, balançar braços, balançar as mãos etc.), permitindo que os faça se isso não resultar em ferimentos. Esses comportamentos são uma forma de o autista se regular, extravasar e acalmar sua ansiedade; e	no ambiente virtual, é possível que, ao interagir com a pessoa autista, ela não apresente comportamentos comuns desse contexto interacional. Não interprete como desinteresse ou desrespeito caso ela esteja com a face ou tronco voltado para direção oposta à tela.
	ouça os pais/responsáveis e/ou os acompanhantes/cuidadores. Eles conhecem melhor do que ninguém a pessoa autista. Utilize os pais e/ou acompanhantes como mediadores com a pessoa autista para que esta compreenda e colabore, tanto quanto possível, na abordagem/atendimento;	se, além de estar desacompanhada, for verificada efetiva desorientação da pessoa, procure contatar também os órgãos de assistência social ou conselho tutelar competentes;
	acolha e demonstre compreensão em relação às aflições dos pais ou acompanhantes de autistas durante um atendimento/abordagem;	faça a abordagem/atendimento com o menor número de pessoas próximas ao autista, desde que isso não coloque em risco a equipe de serviço. Se possível, apenas um profissional (ex.: policial, vi-gilante, recepcionista etc.) deve fazer a abordagem;
	na hipótese de a pessoa no TEA estar desacompanhada e ser possível identificar os pais ou representantes legais, solicite o apoio da sua equipe para estabelecer contato buscando a presença deles;	se possível, verifique se o autista possui alguma identificação que comprove sua condição. Isso facilitará a interação como um todo;
	os autistas podem ser oralizados ou não oralizados, porém o fato de o autista não se expressar por meio da fala não significa que ele não esteja entendendo o que está sendo dito. Sempre tente estabelecer algum tipo de comunicação, seja com gestos, piscar de olhos etc.;	aguarde o tempo necessário para a pessoa autista entender a mensagem e elaborar a resposta antes de iniciar novo comando;
	fale pausadamente, de forma clara e objetiva, evite gírias, ironia ou sarcasmo; formule frases curtas e objetivas, e, se necessário, repita a informação, para ter certeza de que a informação foi compreendida;	sempre que necessário, utilize estímulos visuais para reforçar o que está sendo expresso verbalmente;

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

	mantenha o tom de voz baixo e amigável com atenção à dicção;	ofereça maneiras alternativas de comunicação para que a pessoa se expresse (por escrito, por imagens ou utilizando sistemas próprios de comunicação aumentativa ou alternativa, a exemplo de aplicativos LIVOX ou PECS);
	nunca grite com uma pessoa no TEA: isso pode causar crise de desregulação e complicar o atendimento;	

FONTE: Protocolo Técnico de Interação - Polícia Judicial Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) – CNJ, 2024

Protocolo Técnico de Interação – identificação, atendimento, abordagem, acolhimento e gerenciamento de crises envolvendo pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	
4.2.3 *Acomodações sensoriais*	a pessoa com TEA pode apresentar alterações da sensibilidade tátil, auditiva, visual, olfativa, de paladar e em relação a estímulos do próprio organismo (sensações de fome, sede, calor, frio e dor), portanto: • evite movimentos bruscos e contato físico desnecessário; • fale em um tom normal de voz, ou seja, sem gritar; • abaixe o volume do rádio portátil, móvel ou estação fixa; e • em ambiente externo, reduza e/ou desligue sirenes e giroflex;
	sempre que possível, ofereça ambiente separado com redução de luz, sons e estímulos;
	permita uso de fones abafadores de ruídos ou objetos pessoais que ofereçam conforto a pessoa autista; e
	flexibilize a exigência de vestimentas ou calçados específicos, em especial em locais de muito calor.

FONTE: Protocolo Técnico de Interação - Polícia Judicial Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) – CNJ, 2024

Protocolo Técnico de Interação – identificação, atendimento, abordagem, acolhimento e gerenciamento de crises envolvendo pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	
4.3.1 *Uso seletivo ou diferenciado de força*	• o policial deve se atentar para a escolha da melhor técnica no uso seletivo ou diferenciado da força quando envolver pessoa no TEA; • em todo caso, o policial deve manter a calma e sempre buscar identificar se o autista em crise necessita de algum auxílio médico ou familiar; • é obrigatória a manutenção de postura solícita e empática, no decorrer de todo o procedimento de intervenção; • não sendo possível disponibilizar ambiente apropriado, retirar as demais pessoas do local por alguns instantes, com auxílio da equipe de apoio; • certifique-se de que a pessoa esteja desarmada e mantenha distância segura, pois ela pode invadir seu espaço pessoal; • use poucas palavras e seja direto nas intervenções.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

	Exemplo: em vez de dizer “Boa tarde senhor, esta é uma verificação de rotina. Precisamos fazer algumas perguntas e avaliações. O senhor poderia me dar algum documento de identificação com foto para eu verificar?”, use apenas “Boa tarde, eu sou um policial e gostaria de ver seus documentos, por favor” (Lorenz, 2021); • os policiais não devem interpretar a falha da pessoa em responder a ordens ou perguntas como uma falta de cooperação ou uma razão para o aumento da força; • procure informações e assistência dos pais ou outras pessoas no local sobre como se comunicar e desacelerar o comportamento da pessoa; • na hipótese de a pessoa com TEA estar desacompanhada e ser possível identificar os pais ou representantes legais, solicite o apoio da sua equipe para estabelecer contato, buscando a presença deles; • se, além de estar desacompanhada, for verificada efetiva desorientação da pessoa, procure contatar também os órgãos de assistência social ou conselho tutelar competentes, bem como alguma entidade ou associação de apoio à pessoa no TEA (hospitais, CAPS, clínicas de intervenção comportamental, AMA, APAE, entre outros); • evite interromper comportamentos repetitivos, a menos que haja risco de lesão a você ou a outra pessoa; • se o indivíduo estiver segurando com apego um objeto inanimado (objeto de segurança), considere permitir a continuidade da ação para efeito calmante (se a segurança do policial não for prejudicada ao fazê-lo); • avalie possíveis lesões: a pessoa pode não pedir ajuda ou mostrar qualquer indicação de dor, muito embora a lesão seja aparente; • constatada a possibilidade de autolesão ou riscos à integridade de outrem, acione o Corpo de Bombeiros Militar ou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); • esteja ciente de que a pessoa pode estar tendo uma crise sensorial; • esteja ciente das respostas e sensibilidades de autoproteção da pessoa até mesmo às luzes usuais, sons, cheiros, toques e ordens; • se possível, remova ou atenue estímulo desagradável para a pessoa (barulho, odor ou estímulos luminosos); • se o comportamento da pessoa evoluir, use contenção geográfica e mantenha distância segura até que quaisquer comportamentos inadequados diminuam; • fique atento à possibilidade de explosões ou atos impulsivos; • use seu bom senso. Se tiver determinado que a pessoa está desarmada e tiver contenção geográfica estabelecida, use todo o tempo disponível para permitir que a pessoa desacelere por ela mesmo, sem a sua intervenção; • nas hipóteses de detenção/prisão, o policial deverá informar à pessoa com TEA sobre o procedimento a ser seguido,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

	utilizando linguagem clara e tom de voz audível; • em regra, a condução do detido/preso deverá ser efetuada sem o uso de algemas, isso em observância à condição especial do autista, bem como às disposições da Súmula Vinculante STF n. 11, de 13/08/2008; • por ocasião da detenção/prisão, a revista pessoal de indivíduo com TEA deverá ocorrer mediante uso de equipamentos eletrônicos de • tectores de metais, aparelhos de raio-X, escâner corporal, entre outras tecnologias e equipamentos de segurança capazes de identificar armas, explosivos, drogas ou outros objetos ilícitos, evitando-se a forma manual; • no caso de ser posto sob custódia, alerte as autoridades judiciais, policiais e penitenciárias competentes. Considere a instalação de isolamento inicial, evitando a sua colocação em espaço coletivo; • após o recolhimento do indivíduo com TEA, ao menos um agente de Polícia Judicial participante do ato de restrição deverá permanecer custodiando o preso; • caso, durante uma abordagem, tenha de deter/prender o acompanhante (pai ou mãe) de um autista, procure fazê-lo da forma mais discreta possível, informando-o a respeito, de forma simples, possibilitando seu entendimento, mesmo que parcial, da situação; e • lembre: cada indivíduo com autismo é único e pode agir ou reagir de forma diferente. Por favor, entre em contato com um profissional que esteja familiarizado com o autismo.

FONTE: Protocolo Técnico de Interação - Polícia Judicial Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA) – CNJ, 2024

Os itens apresentados nas tabelas acima fazem menção a várias sugestões e orientações das formas de falar e se comunicar num potencial atendimento policial até o desfecho do gerenciamento de uma crise. É imprescindível que o policial militar esteja capacitado a coordenar a situação, considerando que esses exemplos e amostras de como se comunicar e utilizar-se de linguagem, além de tornar o atendimento mais gerenciável, promoverá ainda a equidade, que é uma forma de aplicar o direito, considerando as particularidades de cada caso considerando as diferenças individuais.

2 - 1. Polícia Militar do Paraná no atendimento à população com TEA

Levando em consideração o aumento significante nos casos de diagnósticos de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o presente trabalho também busca versar sobre o trabalho da Polícia Militar do Paraná. O olhar da PMPR, com a característica humanizada atribuída a criação da Nota de Instrução n.º 001/2022-PM/3 é parte do processo de modernização e adequação do Estado do Paraná sobre a preocupação do atendimento a grupos vulneráveis. É um processo de reorganização, que coloca a PMPR entre os estados que se destacam na preocupação de instruir e capacitar os policiais militares.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A diversidade social e da lei promoveu e promove a criação de novas atribuições do policial em face de sua aplicação. Um atendimento policial e abordagem satisfatória requer reconhecer a igualdade na cidadania para pessoas com impedimentos, inclusive impedimentos mentais.

A iniciativa de capacitar os profissionais surgiu da necessidade identificada pelo Comando da Polícia Militar do Paraná, que formou uma comissão para estudar o assunto e elaborar diretrizes para os policiais durante abordagens. Trata-se de um passo importante e fundamental na conquista dos direitos da pessoa autista (Vesgerau, 2024). Nesse contexto, a abordagem do policial com pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo (T.E.A.) deve ser realizada com sensibilidade, empatia e compreensão das características desse transtorno.

Conforme noticiou a Agência Estadual de Notícias (AEN), (2023), o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (Sedef) e da Polícia Militar do Paraná (PMPR), em 2023, promoveu capacitação de policiais sobre como proceder em ocorrências que envolvam pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Desde o início do projeto, em julho de 2022, somente em Curitiba e Região Metropolitana mais de 650 militares estaduais já receberam o treinamento, além dos profissionais em formação nos núcleos do Interior do Estado (AEN, 2023).

A Polícia Militar do Paraná demonstra grande interesse no tema, onde acompanha a dinâmica imposta pela sociedade e se adapta para melhor atender a população paranaense. Um exemplo são as inovações trazidas pela Diretoria de Ensino e Pesquisa, que baliza preceitos a serem adotados pelos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de seus profissionais.

Na busca para melhor preparar o Policial Militar, na época o então Comandante-Geral da PMPR, Coronel Hudson Leôncio Teixeira, determinou a criação de uma Comissão para estudar e solidificar procedimentos para atendimento de ocorrências envolvendo pessoas com transtornos do espectro de autismo (TEA) (Onda Autismo, 2023).

Sobretudo, observando a importância de instruir e capacitar os policiais militares, a PMPR publicou a Nota de Instrução n.º 001/2022-PM/3 - “Procedimentos a serem observados em ocorrências envolvendo pessoa com transtorno do espectro autista (TEA) - para orientar os militares estaduais acerca das formas adequadas de se lidar com pessoas identificadas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) (COEDE, 2022).

Os agentes de segurança (entre outros trabalhadores) podem ter reações diversas e adversas frente a situações de atendimento a população com TEA, pois considera-se que esse tema ainda é atual e emergente e há um caminho a ser solidificado, no entanto, há um interesse real e genuíno da PMPR em atuar de forma a amparar seus agentes de segurança no melhor atendimento possível a qualquer tipo de ocorrência envolvendo grupos vulneráveis, e essas ações são o norte, portanto, socialmente e institucionalmente um avanço considerável.

A necessidade de proteção legal das pessoas com deficiência e grupos vulneráveis é defendida pela PMPR ao longo de sua história, onde desafios e adaptações serão uma constante,

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

porém de forma contínua vem promovendo a capacitação de sua tropa para o atendimento de qualidade, humanizado e consonantes com leis vigentes.

3 - MÉTODOS

O objeto deste estudo foi realizado por meio de um levantamento bibliográfico e pesquisa documental (textos legais que regulam o assunto, tais como cadernos técnicos, decretos-leis, leis, portarias estaduais e federais, Notas Institucionais). Foi utilizado os descritores “TEA”, “Autismo”, “Atendimento policial a pessoas com autismo”, “Comunicação com pessoas com TEA”, “Comunicação Alternativa”, nas bases de pesquisa virtual Scielo, Google Acadêmico, LILACS e R-Discovery, com o objetivo de encontrar artigos científicos nacionais e internacionais publicados além de levantamento documental de leis, portarias, decretos, boletins/notas institucionais, cadernos técnicos e página oficial de internet da corporação. Efetuou-se a exclusão de artigos cujo tema não foi abordado como parte do assunto principal. A coleta de dados ocorreu durante o período de janeiro e fevereiro de 2025.

Como resultado, foram encontrados 57 artigos e trabalhos acadêmicos que, em um primeiro momento, foram avaliadas as palavras-chave e os resumos, visando agrupar aqueles que contemplam a relação entre os descritores. Destes artigos, apenas 29 puderam ser considerados para o estudo, além de cadernos técnicos e manuais. Em relação ao tipo de pesquisa, evidenciou-se: 01 pesquisa qualitativa do tipo descritiva e levantamento bibliográfico, 03 Pesquisas qualitativas e exploratórias, 07 Pesquisas de levantamento bibliográfico, 02 Pesquisas Qualitativas do tipo relato de caso, 01 Pesquisa qualitativa, 01 Levantamento documental, 01 Revisão Narrativa, 03 Revisões Integrativas, 05 Levantamentos de Dados.

Os resultados foram interpretados com base da perspectiva do levantamento bibliográfico e depois se efetivou a discussão de maneira articulada com a etapa da Pesquisa documental. Cada artigo e pesquisa documental foi analisado de forma minuciosa, encontrando os temas principais a relevantes a serem apresentados e discutido ao longo desse trabalho.

4 - CONSIDERAÇÕES

Este levantamento possibilita que policiais militares compreendam, acolham e atuem na promoção dos direitos das pessoas com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse sentido, de informações básicas a informações mais robustas sobre o processo de comunicação e linguagem, tais como as apresentadas neste levantamento, possibilita-se também a familiarização de sistemas de comunicação alternativa (CA), onde poderão auxiliar não só na compreensão do espectro, mas também estimular o desenvolvimento de empatia socioinstitucional, a difusão de conhecimentos e orientações sobre a atuação no atendimento de pessoas com TEA.

Ao longo da pesquisa, foi evidenciado que a falta de compreensão e sensibilidade em relação a uma comunicação efetiva pode resultar em interações negativas durante abordagens policiais. A

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

análise das políticas, treinamentos e protocolos existentes, conforme afirma Vesgerau (2024), revela que embora estejam ocorrendo mudanças, há ainda necessidade de implementar medidas que garantam uma abordagem mais empática e eficaz para portadores de TEA. Isso inclui a inclusão de informações sobre o TEA nos programas de formação policial, bem como o desenvolvimento de estratégias de comunicação e manejo de situações de crise específicas para essa população (Vesgerau, 2024).

Considerando toda explanação trazida neste levantamento, sobre linguagem, comunicação alternativa (CA) e exemplos de interação, já bastante conhecidas e utilizadas no meio escolar/educacional e da saúde, é possível considerar que as instituições de segurança pública, em especial a policia militar, desenvolvam em conjunto com profissionais e organizações envolvidas, ferramentas efetivas de comunicação aplicadas à rotina policial, tanto comunicação apoiada, como pranchas de comunicação alternativas, *cards* que utilizem-se de símbolos gráficos, com diferentes objetivos e vocabulários, formando diferentes linguagens adaptadas à rotina policial. Cabe salientar que há limitações a serem levantadas, estudadas e longamente planejadas pela variedade de locais de atuação policial na instituição, além de considerar continuamente a aplicação da comunicação sem apoio, baseadas na capacitação de uso de gestos corporais, expressões facial e de sinais.

Outro aspecto que se considera muito importante neste levantamento, é que haja uniformidade dos critérios, ferramentas e materiais para tornar a capacitação dos policiais adequada, sendo não só amparada em leis, mas especialmente em estudos robustos transdisciplinares. Considera-se que há a necessidade estender procedimentos de capacitação policial no que tange a grupos vulneráveis, para além dos muros institucionais, onde profissionais e organizações que já trabalham com comunicação alternativa e interações com a população com TEA, são indispensáveis na adaptação de ferramentas de comunicação alternativas adaptadas a rotina policial, pois há um consenso de que todas as ferramentas de comunicação alternativa desenvolvidas trazem uma extensão de colaboradores multiprofissionais. É ressaltada a importância de promover o diálogo e a colaboração entre a Polícia Militar do Paraná, organizações e profissionais que trabalham com TEA, a fim de desenvolver abordagens mais inclusivas e acessíveis (Vesgerau, 2024).

As estratégias do modo como os sistemas de CAA são utilizadas, como podemos adaptar à rotina policial, ensinar e aprender a utilizá-los é um desafio e exigirá adaptações da sociedade e das instituições de segurança publica. Neste sentindo, foram apresentados também exemplos de protocolos de interação e comunicação, em intuições de segurança pública e judiciaria.

É urgente desconstruir os estereótipos e estigmas sobre as pessoas autistas, para que os agentes de segurança possam atuar como protetores dos direitos dos cidadãos, e não como agentes de violência contra populações já vulnerabilizadas. Colaborar para a promoção tanto do desenvolvimento da empatia institucional como o nivelamento comportamental dos policiais militares nos contextos de policiamento, fiscalização e atendimento de pessoas com TEA é um progresso rumo a polícia cidadã.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

A despeito disso, foram identificadas limitações importantes nesses estudos. Poucas pesquisas têm tratado de aspectos pragmáticos mais amplos, as intervenções mencionadas neste estudo são intervenções que têm sido consideradas pouco “naturalísticas", isto é, consideradas de fácil aplicação na vida real, uma vez que são mediadas por pesquisadores/clínicos, em contextos estruturados (ex. salas segregadas na escola regular), durante atividades sem propósitos claramente comunicativos, demonstrando ser um grande desafio aplicar essas ferramentas em situação de abordagem policial e busca pessoal, onde todas as possibilidades de crise podem ser emergentes.

É necessário, enfim, muitos estudos, assessoramentos de profissionais especialistas na área, capacitação contínua e esforço pessoal de cada profissional em se aprimorar.

REFERÊNCIAS

AEN - AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Policiais recebem capacitação sobre como proceder em ações que envolvam pessoas autistas**. Curitiba: AEN, 2023. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Policiais-recebem-capacitacao-sobre-como-proceder-em-acoes-que-envolvam-pessoas-autistas. Acesso em: 20 jan. 2025.

AGÊNCIA SENADO. Debatedores destacam bons exemplos na abordagem de autistas por policiais. **Agência Senado**, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/31/debatedores-destacam-bons-exemplos-na-abordagem-de-autistas-por-policiais. Acesso em: 14 jan. 2025.

ALVAREZ FERREIRA TORRES, Isabella; LOIS CURRIE, Karen. Autismo: comunicação e aprendizagem de inglês através da musicoterapia. **Percursos Linguísticos**, *[S. l.],* v. 14, n. 36, p. 147–167, 2024. DOI: 10.47456/pl.v14i36.44293. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/44293. Acesso em: 13 jan. 2025.

ALVES, L. C. Polícia Militar do Paraná e a abordagem humanizada as pessoas autistas: do conhecimento à inclusão. *In.* **Fórum Nacional de Publicações Acadêmicas**, v. 03, n. II, 2024. Belém/PA: Home Editora, p. 244–284, 2024. DISPONIVEL EM: https://drive.google.com/file/d/13PCWOASbXDmuC11olK5uh65FZJUrJM8w/view. Acesso em: 23 jan. 2025.

BARASUOL, F. F.; RODRIGUES, M. A.; MARIE, S. Comorbidade entre TEA e TDAH em uma adolescente: relato de caso. **COGNITIONIS Scientific Journal**, 2024. Disponível em: https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/417. Acesso em: 13 jan. 2025.

BATES, E. **Language and context**: The acquisition of pragmatics Academic Press, 1976.

BATISTA, A. A.; DE GUTIERREZ, G. M.; SANTOS, R. de F. Sinais clínicos do transtorno do espectro autista (TEA) para auxiliar o odontopediatra no diagnóstico precoce. **Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre**, *[S. l.]*, v. 63, n. 2, p. 83–93, 2022. DOI: 10.22456/2177-0018.121942. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistadaFaculdadeOdontologia/article/view/121942. Acesso em: 13 jan. 2025.

BEZERRA M. V. A.; SILVA, M. C. G.; CARVALHO, N. C. B. V. M.; JESUS, J. R.; BESSA, J. L. Inclusão de crianças com autismo na escola: uma revisão narrativa. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar,** v. 3, n. 12, p. e3122196, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i12.2196. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2196. Acesso em: 14 jan. 2025.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. (CDPD) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 16 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília: MS, 2015.

COEDE. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Procedimentos a serem observados em ocorrências envolvendo pessoa com transtorno do espectro autista (tea).** NOTA DE INSTRUÇÃO n.º 001/2022-PM/3. Disponível em: https://www.coede.pr.gov.br/sites/coede/arquivos_restritos/files/documento/202305/nota_de_instrucao_no_0012022__procedimentos_a_serem_observados_em_ocorrencias_envolvendo_pessoa_com_transtorno_do_espectro_autista_tea_1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: manual-de-atendimento-a-pessoas-com-transtorno-do-espectro-autista-final-23-05-22.pdf (cnj.jus.br). Acesso em 17 jan. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Protocolo Técnico de Interação Polícia Judicial – Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: file:///C:/Users/Guarda%20do%20Quartel/Downloads/DOC_PARTICIPANTE_EVT_9086_1730316674613_KComissaoPermanenteCE20241030EXT064_parte16855_RESULTADO_1730316674613-1.pdf). Acesso em 17 jan. 2025.

FERNANDES MALTA, Y. F.; PINHEIRO DE FARIA, L. M.; TONDATO DA SILVA COSTA, L.; BRESSAN BATISTA RODRIGUEZ, T.; POMPEU, F.; DE CARVALHO PAES, J. Transtorno de Espectro Autista. *In:* **Congresso Médico Acadêmico UniFOA**, 2015.

FERNANDES MALTA, Y.; PINHEIRO DE FARIA, L. M.; TONDATO DA SILVA COSTA, L.; BRESSAN BATISTA RODRIGUEZ, T.; POMPEU, F.; DE CARVALHO PAES, J. Transtorno de Espectro Autista. *In:* **Congresso Médico Acadêmico UniFOA**, *[S. l.],* v. 2, 2015. DOI: 10.47385/cmedunifoa.738.2.2015. Disponível em: https://conferencias.unifoa.edu.br/congresso-medvr/article/view/738. Acesso em: 14 jan. 2025.

FERNANDES, F. D. M.; VERZOLLA, B. L. P. Características da comunicação de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) usuárias de língua de sinais (Communication characteristics of individuals with Autism Spectrum Disorder (ASD) users of sign language). **Estudos da Língua(gem),** *[S. l.],* v. 22, p. e12948 , 2024. DOI: 10.22481/el.v22.12948. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/12948. Acesso em: 13 jan. 2025.

FERREIRA, P. R.; TEIXEIRA, E. V. DA S.; BRITTO, D. B. DE O. E. Relato de caso: descrição da evolução da comunicação alternativa na pragmática do adulto portador de autismo. **Revista CEFAC**, v. 13, n. 3, p. 559–567, maio 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcefac/a/ZssknYvqNFycBhNVZgDcGpN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 23 jan. 2025.

FREITAS, M. C. DE; BENITEZ, P.; KUMADA, K. M. O.; ROCHA, L. R. M. DA. Implicações nas políticas educacionais brasileiras dos critérios diagnósticos do autismo no DSM-5 E CID-11. **Imagens da Educação**, v. 13, n. 2, p. 105-127, 28 jun. 2023. Disponível em:

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

file:///C:/Users/Guarda%20do%20Quartel/Downloads/64107-Texto%20do%20artigo-751375272528-1-10-20230628.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

HOBSON, R. P. **Autismo y el desarrollo de la mente**. Madrid: Alianza, 1995.

JUNIOR, A. da S. O.; DORIA, J. R.; LOPES, M. C.; BRAGA, P. H. A. Desenvolvimento de um site para auxílio na comunicação de indivíduos com transtorno do espectro autista – TEA/ Development of a website to aid in the communication of individuals with autism spectrum disorder – TEA. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 8, p. 79182–79197, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-231. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34221. Acesso em: 13 jan. 2025.

KUPFER, Maria Cristina; FARIA, Carina; MERLETTI, Cristina. O tratamento institucional do outro na psicose infantil. *In*: **Lugar de vida, vinte anos depois**. São Paulo: Escuta, 2010. p.129-144.

MAGALHÃES, L. O. As máximas de Leech a Aplicadas em conversas informais de sujeitos com TEA, uma desconstrução. **Entre palavras**, 2024.

MASSON, S.. **Instituição pioneira no atendimento a pessoas com autismo faz orientações sobre inclusão**. São Paulo: Câmara Paulista para Inclusão da Pessoa com Deficiência, s. d. Disponível em: https://www.camarainclusao.com.br/noticias/instituicao-pioneira-no-atendimento-pessoas-com-autismo-faz-orientacoes-sobre-inclusao/. Acesso em: 14 jan. 2025.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **Blitz do Autismo**: PRF/SE realiza Comando Educativo em Estância/SE. Aracajú: MJSP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias/estaduais/sergipe/2024/abril/blitz-do-autismo-prf-se-realiza-comando-educativo-em-estancia-se. Acesso em: 14 jan. 2025.

NUNES, D. R. de P., BARBOSA, J. P. da S., & NUNES, L. R. de P. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. **Revista Brasileira De Educação Especial**, v. 27, p. e0212, 2021. https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0212

OLIVEIRA, I. V.; BEZERRA, J. T. G.; ALVES, M. da S.; PINHEIRO, D. L.; MACHADO, R. O.; LUCENA, P. L. A. de; XAVIER, G. M. B. A.; SOUZA, R. da C. de; MEIRELIS, G. de N.; MENDES FILHO, J. C.; MELO, J. V. D. de; DANTAS, I. C. M.; RORIZ, M. I. R. C.; EMRICH, C. A. M.; SARMENTO, T. D. A. B. Alternatives for non-verbal and minimally verbal autism communication. **Research, Society and Development**, *[S. l.],* v. 13, n. 3, p. e6313345270, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i3.45270. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/45270. Acesso em: 13 jan. 2025.

ONZI, F. Z.; GOMES, R. D. **Transtorno do espectro autista**: a importância do diagnóstico e reabilitação. [*S. l.: s. n.*], 2015. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/TRANSTORNODOESPECTROAUTISTA%3AAIMPORT%C3%82NCIA-DO-E-Onzi-Gomes/e0887f2e0f2cb722f2f7396e09e9cf25c15542e2. Acesso em: 13 jan. 2025.

PARANÁ. **Avaliação e atendimento à pessoa com Transtorno de Espectro Autista (TEA)**: Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência Rede de Atenção à Saúde do Paraná. Curitiba/PR: Secretária de Saúde, 2023. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202302/1a_edicao.pdf Acesso em: 14 jan. 2025.

PASSERINO, L. M.; AVILA, B. G.; BEZ, M. R. SCALA: um Sistema de Comunicação Alternativa para o Letramento de Pessoas com Autismo. [*S. l.: s. n.*], 2010. Disponível em:

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

file:///C:/Users/Guarda%20do%20Quartel/Downloads/brfufrgs,+15224-53411-1-CE.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

PERNAMBUCO. T**ranstorno do espectro autista (TEA)**: livro didático do curso Educação em Saúde. Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco. Recife: SES/ESPPE, 2023. ISBN 978-65-88767-22-1.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Nota de Instrução n. 001/2022-PM/3 da Polícia Militar do Paraná**. Disponível em: nota_de_instrucao_no_001-2022_-_procedimentos_a_serem_observados_em_ocorrencias_envolvendo_pessoa_com_transtorno_do_espectro_autista_tea_1.pdf (coede.pr.gov.br). Acesso em 17 jan. 2025.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Manual de Atendimento Integrado a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA (M- 038) da Polícia Rodoviária Federal.** Curitiba: Polícia Rodoviária Federal, 2023.

POSAR, A., VISCONTI, P. Autismo em 2016: necessidade de respostas. **Jornal de Pediatria,** v. 93, n. 2, p. 111-119, march/april. 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0021755716302443?via%3Dihub. Acesso em: 13 jan. 2025.

RABELLO, R. dos S. Interação e Autismo: uso de agentes inteligentes para detectar déficits de comunicação em ambientes síncronos. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 2011. DOI: 10.22456/1982-1654.23371. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/23371. Acesso em: 13 jan. 2025.

RIVIÈRE, A. **La psicología de Vygotsky**. 5.ed. Madrid: A. Machado Libros, 2001.

RODRIGUES, F. D. A.; NASCIMENTO, F. H. S.; BULCÃO, V. S.; SILVA, G.; AVILA, E.; UTNICK BRENNAN, S. I. Características do autismo: uma revisão de literatura. **Emergentes - Revista Científica**, 2024. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/3bc7/8124891e5ae99c09be3e76c7afd8f8bd9480.pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

SCHRAMM, J. M.; OLIVEIRA, A. F.; LEITE, I. D.; VALENTE, J. G.; GADELHA, A. M.; PORTELA, M. C.; CAMPOS, M. R. Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saude Coletiva**, v. 9, p. 897-908, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/NcL6K3C5p7dRgQfZ938WtRD/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 13 jan. 2025.

SILVA, W. F. O autismo sob o olhar da abordagem policial: uma análise teórica e reflexiva. *In.* **Fórum Nacional de Publicações Acadêmicas**, v. 03, n. II, 2024. ANAIS. Belém/PA. 215 – 230. Disponível em: https://www.homeeditora.com/trabalho-2024/beb8f3c0-ae52-4d5e-8263-932fb12571d7?srsltid=AfmBOooZsn3oG3cIU5QqJtO132xLVH6sIykFhpes8bpllQBSERImV6ng. Acesso em: 25 jan. 2025.

SOARES, I. V. A.; LUZ, L. M. A.; ESCÓRCIO, G. J. de B. M.; FONTENELE, J. W. N.; COSTA, K. N.; SILVA, M. M.; AGNES, A. C.; SOARES, G. B.; COELHO, B. L.; BONATO, H. R. C.; GHELLER, A. T.; BARROS, P. R. de S.; TEIXEIRA, B. G.; OLIVEIRA, N. B. de; BRAZ, G. L. A.; MARTINS, J. M. de A.; GONDIM, P. A. M. O Transtorno do espectro autista: aspectos clínicos e epidemiológicos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, *[S. l.],* v. 6, n. 4, p. 1116–1130, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n4p1116-1130. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/1890. Acesso em: 13 jan. 2025.

TABUENCA, P. **Trastorno del Espectro Autista (TEA).** [*S. l.: s. n.*], 2016.

RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

VELARDE-INCHÁUSTEGUI, M., IGNACIO-ESPÍRITU, M. E.; CÁRDENAS-SOZA, A. Diagnóstico de Trastorno del Espectro Autista- TEA, adaptándonos a la nueva realidad, Telesalud. **Revista de Neuro-Psiquiatria**, 2021. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/reader/2b5b83016e026e6c9d4f3d8b4ce28494c8e77d6d. Acesso em: 14 jan. 2025.

VESGERAU, C. A. S. O. P. S. A Polícia Militar do Paraná e o transtorno do espectro do autista (T.E.A.) nas práticas de abordagem policial e a influência nas ações de policiamento de proximidade. **Rev. Universo Observável**. v. 1, n. 5, 2024. Disponível em: https://ouniversoobservavel.com.br/a-policia-militar-do-parana-e-o-transtorno-do-espectro-do-autista-t-e-a-nas-praticas-de-abordagem-policial-e-a-influencia-nas-acoes-de-policiamento-de-proximidade/. Acesso em: 17 jan. 2025.

VIEIRA, S. Sistema por figuras é boa ferramenta de comunicação para autistas. **Canal Autismo**, 2019. Disponível em: https://www.canalautismo.com.br/numero/004/pecs/. Acesso em: 14 jan. 2025.

VON TETZCHNER, S.; GROVE, N. The development of alternative languages forms. *In:* _____.(Ed.). **Augmentative and alternative communication**: developmental issues. London: Whurr, 2003. p. 1-27.

WETHERBY, A. M. Ontogeny of communicative functions in autism. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 16, n. 3, p. 295-316, 1986. Disponível em: https://doi.org/10.1007/bf01531661. Acesso em: 15 jan. 2025.